

A obsessão da sociedade americana pela conspiração na vida política do país leva a um consenso em torno de um patriotismo conservador que impõe restrições ao exercício cotidiano da cidadania e das liberdades civis

*Argemiro Ferreira*

# O CONSENSO DE 11 DE SETEMBRO

(e aquela vasta conspiração da Direita)



“Ao longo de dois séculos este país tem cumprido um ciclo contínuo entre a liberdade e a repressão, que vem e volta. E não há razão agora para relaxar a vigilância. Como não havia naqueles dias em que muita gente pensava que tínhamos, através da revolução de Roosevelt, chegado a uma grande aliança e à rendição incondicional das forças do ódio, da intolerância e da agressão”.

Quem escreveu essas palavras há quase um quarto de século (1978), em artigo para o *New York Times*, foi uma das vítimas da lista negra dos EUA, Ring Lardner Jr, escritor de cinema premiado duas vezes com o Oscar (*A Mulher do Ano*, em 1942, e *MASH*, em 1967). Ele morreu em novembro do ano 2000 – portanto, menos de um ano antes das ações terroristas de 11 de setembro. Antes de voltar a Lardner Jr – e ao que companheiros dele, também caçados como bruxas, achavam da hipótese de um ciclo contínuo entre a liberdade e a repressão – acho oportuno recordar como em certos momentos a sociedade norte-americana corre o risco de chegar a consensos que vão às raias da histeria coletiva.

Pelo menos um estudioso do fenômeno lembrou carta escrita há quase dois séculos por James Madison a Thomas Jefferson na qual debitava a perda da liberdade em casa “a preparativos contra perigo, real ou suposto, que vem de fora”. Na Guerra Fria foi a “ameaça vermelha”. Antes da caça às bruxas e do senador Joseph McCarthy, o próprio presidente democrata Harry Truman, determinado a ganhar apoio para a ajuda externa e a doutrina que levaria seu nome, buscou “assustar o país como o diabo” – “scare hell out of the American people” foi a expressão textual do político republicano que se dispôs a garantir o consenso bipartidário, Arthur Vandenberg.

Menos de uma década depois da queda em desgraça de McCarthy e num momento em que a lista negra começava a ser desafiada abertamente, um professor de História da Universidade de Columbia, Richard Hofstadter, tornou-se um dos primeiros na área acadêmica a chamar a atenção para a obsessão periódica com a conspiração e a subversão na vida política do país. Foi em 1963, quando nascia um novo conservadorismo, liderado pelo então senador Barry Goldwater. Num ensaio que se tornaria bem conhecido, Hofstadter delineou pela primeira vez o “estilo paranóico” na vida política americana. Recorreu à palavra do vocabulário psicanalítico, explicou, “simplesmente porque nenhuma outra evoca adequadamente as qualidades que tenho em mente, de exaltado exagero, suspeita e fantasia conspirativa”.

## De Harry Truman a McCarthy

Hofstadter ofereceu exemplos históricos, de McCarthy para trás, até o passado norte-americano mais remoto, a intervalos de meio século. Vale lembrar alguns, com a ressalva de que, por razões variadas nem sempre o expediente produz os efeitos desejados pelos que recorrem a ele. Em 1895, a obsessão de líderes do Partido Populista foi um complô dos especuladores de ouro da Europa e da América; em 1855, um jornal do Texas denunciou a conspiração “dos monarcas europeus com o Papa de Roma” para destruir “nossas instituições políticas, civis e religiosas”; de 1798 ficou o registro de um sermão em Massachusetts alertando para a ameaça dos “conspiradores e filósofos ímpios que já alcançaram completamente seus objetivos em grande parte da Europa”. Sistemáticamente, a imagem central da imensa e sinistra conspiração de que também falou McCarthy nos anos 50, “máquina de influência sutil e gigantesca, colocada em ação para subverter e destruir o sistema americano de vida”.

**Hoje o presidente George W. Bush fala com frequência – e eloquência – dos terroristas que conspiram no mundo inteiro porque não suportam “nossa liberdade, nossa democracia”.** Fala e

mobiliza a maior máquina de guerra que o mundo já conheceu, ao mesmo tempo em que, dentro de casa, recorre a instrumentos como a Lei Patriótica e julgamentos militares, que assustam os defensores das liberdades civis. Existe distância considerável entre a obsessão periodicamente manifestada por vozes isoladas, o papel predominante do Estado em algumas situações e o contágio da sociedade em determinados momentos históricos. Um desafio, claro, é descobrir em cada caso como foi possível ou não chegar-se a um consenso, com graves danos para as liberdades civis. Antes dos excessos do atual Procurador Geral John Ashcroft, tinha havido os de Mitchell Palmer (os “Palmer raids” contra imigrantes, entre 1919 e 1921), relacionados ao medo gerado pela revolução russa, à efervescência anarquista (e à onda terrorista iniciada no final do século anterior), à agitação sindical ante injustiças crônicas. Também entre as duas guerras houve o extremismo de um padre católico, Charles E. Coughlin, que ganhava adeptos com inflamada retórica populista no rádio, a denunciar conspirações de banqueiros, capitalistas, o New Deal e o comunismo internacional – a ponto de levar o presidente Franklin Roosevelt, um dos alvos dele, a agir junto à mídia para silenciá-lo.

Sem o consenso da Guerra Fria certamente o período macarthista não faria tantos estragos. O senador McCarthy – político demagogo mas de recursos intelectuais acanhados, apesar de ter dado nome ao fenômeno – pouco teria conseguido num outro momento. Daí as críticas ao nome com que se batizou o fenômeno e as tentativas de atribuí-lo apenas a esse personagem. Um estudioso dos períodos de repressão política nos EUA, Robert Goldstein, preferiu chamar “Truman-McCarthyism” (trumano-macarthismo) a fase que vai de 1946 a 1954. Garry Wills achou infeliz a preferência geral por macarthismo – uma escolha, disse ele, teleológica (a partir de seu produto mais perfeito), ao invés da genética, que seria “trumanismo”. Quando McCarthy apareceu Truman já introduzira os juramentos de lealdade, iniciara perseguições e disseminara o “Grande Medo”, de olho na reeleição e para aprovar seu programa de ajuda externa à Grécia e Turquia.

## O estágio perigoso de Reagan

Mesmo a discussão em torno do nome reflete o alcance do consenso no período. Truman e seu sucessor, Dwight Eisenhower, foram igualmente alvos de McCarthy, mas diziam só discordar dos “métodos” dele. A caça às bruxas e a lista negra, não por acaso, continuaram sem McCarthy. O nome do escritor Dalton Trumbo – um dos Dez de Hollywood, que perderam os empregos e tiveram de sair do país ou trabalhar às escondidas, valendo-se de pseudônimos – voltou aos créditos de filmes apenas em 1960 (*Spartacus*, *Exodus*), outros vieram depois, alguns nunca puderam voltar.

O caso dos Dez tornou-se emblemático, por terem sido eles as primeiras vítimas notórias da caça às bruxas, ainda em 1947 – anos antes de McCarthy surgir no cenário político nacional. Eles cumpriram pena de prisão por desacato ao Congresso (invocaram a Primeira e não a Quinta Emenda, ao se negarem a responder se eram ou já tinham sido comunistas: a Quinta, que protege contra a

autoincriminação, os livraria da prisão, mas não da lista negra). Lardner Jr. foi um dos que puderam voltar à profissão, embora só cinco anos depois de Trumbo, seu amigo próximo. Em 1997, às vésperas da cerimônia na qual ele e outros sobreviventes da lista negra ouviram o pedido formal de desculpas da Academia de Hollywood, perguntei a ele, numa entrevista, sobre o que escrevera em 1978.

Continuava convencido de que o país ia ciclicamente da liberdade à repressão, como dissera no artigo? Respondeu que o pensamento político americano pouco mudara. Fiz a mesma pergunta, em ocasiões diferentes, a I. F. Stone, jornalista celebrado pela resistência ao macarthismo. Em 1978, julgou remota a possibilidade de novo macarthismo, mas em 1981, nos primeiros meses do governo Reagan, tinha mudado de idéia. “Eu estava errado”, respondeu.

Essas foram reações contraditórias de gente que sofreu os efeitos da caça às bruxas – avaliações subjetivas que tentavam relacionar a fase aguda entre o fim da II Guerra Mundial e a distensão da década de 1960 à ameaça potencial no início da era Reagan-Bush. Tentava-se então recriar na Câmara a antiga HUAC (Comissão de Atividades Antiamericanas), com o nome de comissão de Segurança Interna. E no Senado fora reativada uma subcomissão de Segurança e Terrorismo (uma espécie de pré-estréia da futura “ameaça terrorista”, que ainda esperaria o 11 de setembro).

Victor Navasky, o autor que melhor retratou os efeitos do macarthismo no mundo do entretenimento (em *Naming Names*, de 1980), foi mais contundente ao ouvir a mesma pergunta. Embora o obscurantismo da fase aguda da Guerra Fria não fosse fenômeno cíclico, disse ele, era preciso identificar três estágios na história recente do país: 1. o das investigações do Congresso, com o poder de estigmatizar (condenando pessoas à execração pública e ao desemprego); 2. a fase seguinte à morte de McCarthy, quando as comissões mudaram de nome, surgiu o programa de contra-inteligência do FBI (agentes infiltrando-se até em grupos pacifistas) e o que se fazia às escondidas tornou-se legal; 3. e o período Reagan-Bush, quando se instalou no poder a Heritage Foundation, ‘think tank’ da Direita, e o que se fazia às escondidas tornou-se legal (espionagem interna, grampeamento de telefone, escuta etc).

## O terrorismo entra em cena

Para Navasky, na sua avaliação de 1988 (acabara de ser eleito o primeiro Bush), o terceiro estágio tinha caráter ainda mais ameaçador – por ir muito além do esforço de um demagogo (McCarthy) para tirar proveito de determinada situação. A quem ficar tentado a relevar isso como alarmismo, é conveniente lembrar que houve dois momentos bem distintos na era Reagan. O último deles foi o das cúpulas EUA-URSS, mas no primeiro mandato (1981-1985) o presidente americano adotara postura beligerante e definira o rival nuclear como “império do mal” (declaração que ele próprio declararia sem efeito mais tarde, antes do fim do comunismo soviético).

Mal recuperado da crise dos reféns do Irã, que tinha determinado a derrota eleitoral do democrata Jimmy Carter, o país parecia de fato a caminho de mais um daqueles ciclos de que falou Lardner Jr. Somara-se o populismo dos pregadores evangélicos da mídia eletrônica (a Moral Majority, criada pelo reverendo Jerry Falwell, unira a Direita cristã em torno de Reagan, que ainda teve o respaldo do pastor Pat Robertson, dono de rede televisa

religiosa e criador da Coalizão Cristã, além de ter chegado a se candidatar a presidente nas primárias republicanas) à linha dura intelectual da Heritage Foundation, do American Enterprise Institute e do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CSIS), que forneciam fundamento acadêmico às novas opções do Executivo.

A subcomissão do Senado sobre Segurança e Terrorismo, liderada por Jeremiah Denton (almirante da reserva, ultraconservador, ex-prisioneiro de guerra no Vietnã), esperava retomar o papel desempenhado no passado pela SISS (antiga sub-comissão de Segurança Interna). Na comissão que se tentou sem sucesso criar na Câmara, nos primeiros meses de Reagan, como herdeira da HUAC, a palavra-chave já não era tanto “subversão”, desgastada àquela altura, mas “terrorismo”, que ganhara força com a ajuda dos aiatolás xiitas do Irã. Evidenciava-se também, como nos anos 1940 (segunda metade) e 1950, a tendência a uma aliança entre o Executivo, as bancadas republicanas do Congresso e os democratas conservadores do Sul.

Da mesma forma como hoje o presidente Bush II faz pose para os fotógrafos a exibir o livro *Bias*, no qual o conservador Bernard Goldberg acusa a mídia de ser tendenciosa a favor de liberais e esquerdistas, o primeiro secretário de Estado de Reagan, general Alexander Haig, recomendava publicamente a leitura dos livros *The Terror Network*, investigação jornalística duvidosa de Claire Sterling (para quem o terrorismo internacional tinha seu QG em Moscou), e *The Spike*, uma obra de ficção produzida a quatro mãos pelos jornalistas Arnaud de Borchgrave e Robert Moss, com a pretensão de provar o controle da mídia ocidental pela espionagem russa.

## Depois do fim da História

O que a Direita ensaiou na primeira fase da era Reagan-Bush, no entanto, não se consumou mais tarde. A comissão Denton desapareceu rapidamente, depois do barulho inicial. O quadro internacional (glasnost, perestroika, acordos EUA-URSS de redução de armas, rápido declínio soviético) não favorecia clima extremista, havia o desgaste trazido pelas revelações devastadoras sobre o escândalo Irã-Contras (e o papel dos chamados “cowboys” da Casa Branca, coronel Oliver North e outros) e as manchetes de sexo e corrupção envolvendo pregadores religiosos ultraconservadores (o casal Tammy e Jim Baker, Jimmy Swaggart, Jerry Falwell), aliados preciosos na disseminação da intolerância e do obscurantismo. Desapontados, os ideólogos do conservadorismo republicano com tintura religiosa conformaram-se com recuo momentâneo – até porque Reagan terminara o governo acuado pela investigação do promotor independente Lawrence Walsh.

Ainda assim, da mesma forma como a política externa da administração anterior – do presidente democrata Jimmy Carter – levantara a bandeira dos Direitos Humanos, a de Reagan, iniciada ao fim da crise dos reféns do Irã, abraçara retórica antiterrorista (os alvos na América Central e Caribe eram os governos da Nicarágua, Cuba e Granada ou os rebeldes de El Salvador, Guatemala, Honduras). Personagens como Michael Ledeen, Paul Henze, Claire Sterling, Arnaud de Borchgrave, Robert Moss eram os “experts”. Havia episódios traumáticos (sequestros de pessoas, aviões, navio Achille Lauro, ataque aos fuzileiros dos EUA no Líbano em outubro de 1983, com 241 mortos), a mídia atribuía ao líbio Muamar Kadafi o título de “maior terrorista do mundo” – a que não aspiravam Saddam Hussein,

meio aliado dos EUA contra Komeini do Irã, e nem Osama Bin Laden e sua gente, beneficiários da ajuda da CIA (dinheiro, treinamento, armas sofisticadas como o míssil Stinger) contra o regime comunista do Afeganistão.

Isso justificava a ascensão da retórica antiterrorista, mas eram episódios fora de casa. Pareceu conveniente então reforçar a imagem da “ameaça terrorista” fundindo-a com a “vermelha”, ainda predominante no imaginário do momento apesar do declínio do império soviético. Sem o impacto de um 11 de setembro, o reforço serviria de novo para “assustar o país como o diabo”. Os Sterling, Ledeen, Henze, Borchgrave e Moss ajudaram a mesclar as duas, com a teoria lançada em 1982 de que o atentado do ano anterior contra o papa João Paulo II resultara de conspi-

## rica da guerra cultural e religiosa na campanha de 1992 ganha hoje sabor de aperitivo para a ferocidade moralista que viria da oposição na

ração da KGB, usando uma “conexão búlgara”. Hoje parece difícil levar a sério a versão – na qual a peça-chave do complô de extrema esquerda era o extremista de direita Mehmet Ali Agca, executor do atentado. Na era Reagan-Bush tal conspiração conquistou a mídia, junto com as causas da Polônia (Solidariedade) e do Afeganistão (Bin Laden & cia.).

Para surpresa do primeiro Bush – ex-diretor da CIA, insuficientemente informado por ela – consumou-se em seu mandato (1989-1993) o fim do “império do mal”, no que um especialista da Rand Corporation a serviço do Departamento de Estado, Francis Fukuyama, considerou “o fim da história”. Mas a “ameaça terrorista” aos EUA passou a dispensar o reforço da KGB no momento mesmo em que surgiam provas abundantes, na investigação do escândalo Irã-Contras (que atravessou os quatro anos de Bush I), de que Washington criticava governos que negociassem com terroristas mas o fazia às escondidas – pagava resgate para libertar reféns no Líbano e vendia armas ao Irã dos aiatolás.

## A guerra cultural e religiosa

Ao se apresentar ao eleitorado em 1992 como candidato à reeleição, na convenção nacional republicana, Bush tentou inutilmente faturar os feitos militares (invasão do Panamá, guerra do Golfo), mas seus índices de popularidade tinham despencado. A economia ia mal (havia dúvida sobre o fim da recessão) e a Direita do partido impôs à convenção o tom e a retórica da campanha – na qual pontificavam a Coalizão Cristã (do pastor Pat Robertson) e

gente como o vice-presidente Dan Quayle, incapaz de soletrar “potato”, o antisemita Pat Buchanan, que dera susto em Bush nas primárias, e o moralista William Bennet, cuja mulher liderava movimento contra o sexo antes do casamento. Para eles, havia uma guerra cultural e religiosa no país. Os alvos eram Hollywood, a televisão e os liberais democratas, supostamente unidos para destruir a família e debilitar a pátria. Quayle, pouco dotado intelectualmente, recebia as luzes do redator de discursos William Kristol (filho de Irving Kristol, combatente a serviço da CIA no “front” cultural da Guerra Fria) e investia contra a mãe solteira Murphy Brown, heroína da comédia de situação mais popular da TV.

À luz dos acontecimentos posteriores, a retó-

## década seguinte

– com a aposta da Direita religiosa e dos líderes republicanos do Congresso na investigação do promotor Kenneth Starr. Foi ao tropeçar na falta de provas contra o casal Clinton no caso Whitewater (loteamento de Arkansas) e outras suspeitas (Travelgate, Filegate e até o suposto assassinato de Vincent Foster, versão disseminada em vídeo pelos reverendos Robertson e Falwell) que Starr saltou para a vida sexual do presidente. Os republicanos tinham amargado duas derrotas seguidas para a Casa Branca (1992 e 1996), mas tomaram o controle da Câmara e do Senado (graças à campanha do “Contrato com a América” em 1994), o que lhes permitiu desencadear o que Alan Dershowitz, professor de Direito em Harvard, chamaria “macarthismo sexual” – o processo de impeachment a partir do perjúrio sobre o sexo consensual do presidente com a estagiária Monica Lewinsky.

Havia de fato semelhanças com o quadro político que favoreceu o macarthismo – entre elas as derrotas presidenciais republicanas e o controle oposicionista do Congresso. Em confronto com o episódio anterior, as escaramuças políticas de 1993-2000 tão pouco perderam em baixaria e estreiteza. Daí porque pode tornar-se difícil entender o período sem a ajuda das revelações contidas nas memórias de um de seus personagens conspícuos – o jornalista e escritor David Brock. Estrela em ascensão no firmamento conservador à chegada de Clinton ao poder, esse jovem ambicioso e talentoso bandeou-se subitamente para o outro lado, saiu do armário, declarou-se gay e passou a investir contra os ex-aliados políticos. Antes fora autor de livro devastador contra Anita Hill (*The Real Anita Hill*), que se tornara ícone das feministas e dos democra-

tas liberais ao testemunhar no Congresso contra o juiz Clarence Thomas (indicado por Bush I para a Suprema Corte e acusado por Hill de assédio sexual); e publicara na revista da moda na Direita, *American Spectator*, o artigo “Troopergate”, que se propunha relatar as aventuras sexuais de Clinton ao tempo em que governava Arkansas – precisamente o texto que trouxe a público, pela primeira vez, o nome “Paula” (de Paula Corbin Jones, que em seguida processaria o presidente por assédio sexual).

Nas memórias, Brock relata como se tornara a voz polêmica e indomável da Direita republicana e o que aconteceu depois de voltar-se contra as celebridades políticas, jornalísticas e intelectuais com quem até então circulava e se confraternizava. Ao confessar os próprios pecados e escorregões éticos, expôs ainda os dos ex-aliados ideológicos, como a hipocrisia moralista deles, preconceituosos, racistas, antigays, antilésbicas, antifeministas (“feminazis” foi expressão cunhada por Rush Limbaugh, rei dos “talk-shows” da Direita, e invocada por eles contra Hillary Clinton).

## As confissões de um matador

O volume de memórias, *Blinded by the Right – The Conscience of an Ex-Conservative* (Obcecado pela Direita – A Consciência de um Ex-Conservador), consolidou e ampliou em 2002 o que Brock começara a sugerir em 1997, quando fez o primeiro “mea culpa” ideológico, no artigo “Confessions of a Right-Wing Hit Man” (“Confissões de um Matador da Direita”) para a revista *Esquire*. A editora enquadrou *Blinded by the Right*, obviamente com intuítos comerciais, “na tradição de *O Deus Que Falhou*”, relato autobiográfico da desilusão de Arthur Koestler com o Partido Comunista. Paralelo pertinente teria sido com *False Witness* (Testemunha Falsa), no qual o ex-comunista Harvey Matusow relatou em 1955 como se deixara usar pela Direita (inclusive o FBI e as comissões de investigação do Congresso) para acusar suspeitos de subversão. Pois o que Brock fez, como Matusow, foi esmiuçar operações políticas sujas de que participou, truques e trapaças perpetrados graças a financiamento generoso de milionários como Richard M. Scaife (herdeiro da fortuna Mellon, que sustentava a *American Spectator*) e Peter W. Smith, banqueiro de investimentos de Chicago, ex-militante dos Young Republicans na Universidade.

Não há como ver motivação nobre da parte de Scaife e Smith, ainda que mostrem fidelidade a princípios ideológicos. Claramente movidos pela obsessão de destruir os Clinton, eles foram a extremos inacreditáveis (como o de disseminar a versão de que ou Clinton, ou a mulher ou o casal matou o assessor da Casa Branca Vincent Foster, cujo suicídio, por isso mesmo, teve de ser investigado várias vezes, pela Polícia, FBI e dois promotores especiais).

**Smith financiou em 1992 um esforço para provar que, quando era bolsista Rhodes em Oxford, na Inglaterra, Clinton fazia espionagem para os soviéticos.** Também suas investigações sobre a conduta sexual de Clinton começaram naquele ano da campanha





presidencial. Scaife investiu US\$ 2,4 milhões no que batizou “Projeto Arkansas”. Dinheiro para financiar Brock e ainda para pagar testemunha (David Hale) que fizera acordo com o promotor Starr para depor contra o presidente. Não é preciso ter simpatia pelos Clinton para perceber a dimensão desse ódio obsessivo. O livro de Brock, além de se referir a essas coisas, reconstitui até as festinhas selvagens que o autor frequentava – nas quais conservadores ilustres e gays enrustidos, sem preconceito moralista, o arrastavam à força para a cama, quando não lhe enfiavam a língua até a garganta.

Para adequada avaliação do impacto dessa deserção na Direita americana, é preciso levar em conta os estragos feitos antes por Brock entre os liberais – como fizera o ex-comunista Matusow nos testemunhos solenes para comprometer qualquer um que o FBI ou as comissões quisessem expor como traidor. Como hoje a esquerda está quase extinta no cenário político dos EUA, o papel dela ficou para os liberais – e aos olhos ultraconservadores cada um é o próprio Stalin redivivo. Daí até o venerando William Buckley Jr, descer do trono de monarca (ao menos por antiguidade) da Velha Direita para exorcizar as memórias do novo Judas.

Buckley condenou ainda Frank Rich, colunista do *New York Times*, porque na sua análise de *Blinded by the Right* fizera questão de se estender sobre as práticas sexuais pouco ortodoxas dos conservadores – no passado e no presente, dos travestis ou homossexuais do período macarthista (J. Edgar Hoover, Whitaker Chambers, Roy Cohn) aos políticos anti-Clinton moralistas e mulherengos (Newt Gingrich, Robert Livingston, Henry Hyde). Brock excedeu-se nos detalhes da devassidão conservadora na capital do país, mas sem eles perderia força o retrato da hipocrisia daqueles que, obcecados em ganhar o *impeachment* de Clinton, fizeram coisas como meter às pressas na Internet o relatório no qual o promotor Starr amplificou para o mundo as minúcias libidinosas, até a técnica umidificadora do charuto presidencial.

Subproduto da obsessão moralista da Direita republicana, ele não fora menos explícito a serviço da *American Spectator*, na qual fornecera a senha para Paula Jones anunciar num hotel de Washington, em convenção de grupo ultraconservador, o processo contra Clinton – o caso que montou a armadilha de perjúrio de Starr para o presidente (apanhado em mentira ao negar as relações sexuais com a estagiária, cujas confissões Linda Tripp, orientada pela operadora política Luciane Goldberg, gravara e entregara a Starr). O roteiro do *impeachment*, assim, começou com Brock, no texto sobre as travessuras sexuais de Clinton. E *Blinded by the Right* acaba por ratificar o que Hillary, ainda como primeira dama, chamou de “vasta conspiração direitista contra o meu marido” – a frase que virou motivo de chacota por causa da veemência dela, na mesma entrevista, em negar ter havido o caso da estagiária.

## A linha dura Bush-Ashcroft

Se a controvérsia eleitoral da Flórida não foi o pecado original da administração Bush – do atual, George W. – certamente a primazia cabe à guerra cultural e religiosa iniciada na campanha de 1992 e que levaria à crise do *impeachment*. A contradição é que, apesar da ênfase da campanha de Bush II no “caráter” (buscava-se contrastar o do candidato republicano com o do presidente que terminava o mandato depois do escândalo de sexo), ele se tornara preferido no partido e recordista em arrecadar dinheiro por ter optado pela estratégia de *somar*, com seu “conservadorismo compassivo”, ao invés de *estreitar*, com a retórica da Coalizão Cristã e da Direita religiosa

em geral – responsabilizada, por alienar o apoio de moderados, pelas derrotas de Bush I em 1992 e Bob Dole em 1996.

Bush evitou radicalizar, por exemplo, na oposição ao aborto – o que abriu espaço, sob o protesto da Direita, aos republicanos da Califórnia e do Nordeste do país, além de atrair independentes e recuperar parte do eleitorado feminino. Na campanha houve até destaque para moderados como Colin Powell, hostilizado à direita por apoiar o direito das mulheres ao aborto. No desdobramento dela – em especial na fase inicial, das primárias – Bush viu-se forçado por circunstâncias (o crescimento do candidato John McCain, por exemplo) a buscar socorro na linha-dura estreita (que lhe deu a vitória da Carolina do Sul sobre McCain), mas manteve a postura estratégica.

Antes de 11 de setembro, já ocorrera o primeiro atentado do World Trade Center (1993) e fora desbaratado (em 1995) o complô dos adeptos do xeque Omar Abdel Rahman (para explodir marcos de Nova York: túneis, pontes, prédio da ONU, etc), sem falar no terrorismo doméstico de Oklahoma City e nas ações terroristas contra alvos americanos no exterior (Arábia Saudita, Iêmen, Quênia, Tanzânia). Mas só com o impacto do sequestro de quatro aviões e ataques devastadores em Nova York e Washington tornou-se concreta a “ameaça terrorista”. A debilitada administração Bush – em baixa nas sondagens de opinião pública, ridicularizada pelos humoristas da TV – ganhou inesperado alento e empunhou a bandeira, o índice de popularidade do presidente deu um salto. Foi nesse contexto que se impuseram a Direita republicana em geral e John Ashcroft em particular. Julgamentos militares para terroristas, Lei Patriótica (proposta por Ashcroft e que, entre

ao tentar a reeleição ao Senado, em parte pela linha dura contra os negros, princípios religiosos estreitos, ataque destemperado a um juiz (acusado de “proteger criminosos” por fazer valer direitos dos réus), omissão na dessegregação de escolas e apoio a símbolos da causa racista do Sul na Guerra Civil.

## Uma nova paisagem jurídica

Conexão mais conspícua da Direita religiosa no primeiro escalão do governo Bush, Ashcroft poderia até passar por inofensivo depois do bombardeio a que foi submetido na batalha da confirmação no Senado. Mas os ataques terroristas deram a ele papel privilegiado, até porque senadores e deputados apoiaram maciçamente as propostas do Executivo, temerosos de destoar do novo consenso bipartidário. O assalto às liberdades civis sofreu críticas, mesmo de alguns republicanos (Richard Selby e Arlen Specter no Senado, Bob Barr na Câmara). Nas semanas seguintes ao 11 de setembro, o presidente da comissão de Justiça do Senado, democrata Patrick Leahy, atacou os expedientes a que se recorria contra imigrantes (escuta eletrônica, grampeamento de telefone, violação do sigilo cliente-advogado), enquanto o *New York Times* lamentava a “nova paisagem jurídica” criada pelo governo e Ashcroft, a pretexto de combater o terrorismo. O colunista conservador William Safire, ex-redator de discursos da presidência (na Casa Branca de Nixon), horrorizou-se ante os tribunais “de fancaria” dos julgamentos militares: **“Mal aconselhado**

**por um Procurador Geral frustrado e dominado pelo pânico, um presidente dos EUA acaba de assumir o que equivale a poder ditatorial para prender e executar estrangeiros”.**

outras coisas, amplia os poderes de agências federais como o FBI), escritório no Pentágono para plantar notícias falsas, prisão e intimidação de imigrantes, extensão de programa nacional de vigilância de bairros, indiciamento de advogado por defender acusados de terrorismo, redução drástica no alcance da FOIA (Lei de Liberdade de Informação) – enfim, um conjunto de medidas contrárias àquilo que o país sempre preferiu representar.

No depoimento dado no Senado, antes da confirmação para Procurador Geral, Ashcroft comprometera-se a fazer cumprir até as leis, estatutos e decisões judiciais de que discordara publicamente como senador e Procurador Geral do Missouri – onde fora derrotado no ano 2000,

Embora Ashcroft não tenha sido a primeira escolha do presidente para o cargo e sequer fosse próximo de Bush, funciona agora como uma espécie de pára-raio da Casa Branca. Além de ser a presença mais visível da Direita religiosa no governo, é ainda a ponte com os extremistas (Falwell, Robertson & cia) que não digeriram o desfecho do *impeachment* de Clinton, apoiaram Bush e se consideraram representados na sua administração. Eles reapareceram no confronto pós-eleitoral da Flórida e ao acontecer o 11 de setembro culpavam os liberais. Coube ao reverendo Falwell a manifestação mais enfática na televisão:

“Os abortistas têm parte da culpa porque não se pode zombar de Deus. E quando destruímos 40 milhões de pequenos bebês inocentes, vem a ira de Deus. Realmente acho que os pagãos, os abortistas, as feministas, os gays e as lésbicas que estavam ativamente tentando fazer disso um estilo alternativo de vida, a ACLU (maior organização de defesa das liberdades civis), a People for the American Way (grupo liberal democrata), todos esses que tentaram secularizar a América – aponto todos eles na cara e digo, ‘Vocês ajudaram a fazer isso acontecer’”.

A declaração teve o apoio implícito do reverendo Robertson, que era o interlocutor na TV e a tudo ouvia concordando com a cabeça. E houve outros egressos do escreto do *impeachment* na política e na mídia, que se pronunciaram na mesma linha. Ann Coulter, advogada e comentarista celebrizada na TV pela ferocidade dos ataques a Clinton, foi também veemente ao escrever na *National Review* de Buckley, referindo-se aos terroristas: “Devíamos agora invadir o país deles, matar os líderes deles e convertê-los ao Cristianismo”. (Da frase ficou uma dúvida sobre a sequência: matar primeiro, depois converter?).

Uma ativa companheira de Coulter na campanha do *impeachment* – e numa espécie de feminismo às avessas, em confronto com a liderança feminista liberal – era a advogada e ex-promotora federal Barbara Olson, igualmente elevada a “pundit” na TV pela fúria contra o casal Clinton. Mas ela saiu de cena exatamente a 11 de setembro: estava no avião da American Airlines que explodiu sobre o Pentágono. Ficou para o marido Theodore Olson – o advogado que vencera a eleição da Flórida para Bush na Suprema Corte, nomeado depois Solicitor General (versão americana do Advogado Geral da União) – a decisão de lançar em livro os últimos ataques dela a Clinton, *The Final Days: The Last, Desperate Abuses of Power by the Clinton White House* (Os Dias Finais: Os Últimos e Desesperados Abusos de Poder da Casa Branca de Clinton). A editora Regnery Publishing, templo da Direita que emprega a agente literária Luciane Goldberg (a mesma que mandou Tripp gravar Monica Lewinsky), publicou este e o livro anterior dela (*Hell to Pay: The Unfolding Story of Hillary Rodham Clinton*), além da invectiva de Coulter contra os “crimes” de Clinton, *High Crimes and Misdemeanors: The Case Against Bill Clinton*, e do ataque de Bernard Goldberg à mídia liberal, *Bias*, que encantou o próprio Bush.

## Os subterrâneos dos “duendes”

Com tão impressionante teia de vínculos entre as escaramuças político-partidárias do passado recente (guerra cultural e religiosa, processo Paula Jones, escândalo de sexo, investigação Starr, campanha do *impeachment*, eleição da

Flórida) e os atuais detentores do poder nos EUA, é difícil resistir à tentação de subestimar a solenidade do consenso e do discurso patriótico do presidente Bush, com sua guerra sem fronteiras ao terrorismo. Pelo menos dois dos repórteres mais ativamente envolvidos na cobertura da última década e que depois transformaram a experiência em livro, Michael Isikoff (de *Newsweek* e rede MSNBC, primeiro a publicar o nome Lewinsky, autor de *Uncovering Clinton: A Reporter's Story*) e Jeffrey Toobin (da rede ABC, autor de *A Vasp Conspiracy: The Real Story of the Sex Scandal That Nearly Brought Down a President*), referiram-se à ação secreta de advogados que fizeram a conexão entre os defensores de Paula Jones e o escritório do promotor. Isikoff (que Toobin diz ter recebido “vazamentos” da dupla Tripp-Luciane Goldberg) atribui a Ann Coulter, ligada aos advogados, a expressão “duendes”, usada para designá-los como força subterrânea por trás de tudo aquilo.

A conspiração de advogados, milionários ultraconservadores e a Direita religiosa foi exposta ainda – em janeiro de 1999, quando começava o julgamento no Senado – numa reportagem do *New York Times*. Destacou-se ali o papel de Theodore Olson, o Solicitor General de Bush. Amigo pessoal do promotor Starr, somara-se ele a mais duas celebridades jurídicas (Robert Bork, ultraconservador indicado para a Suprema Corte pelo presidente Ronald Reagan e rejeitado no Senado, e Robert Conway, advogado de Nova York) para ajudar a obter na Suprema Corte a decisão surpreendente que salvou o processo Paula Jones do arquivamento.

Os “duendes”, cujo núcleo central vinha da Sociedade Federalista, de advogados conservadores, agiam articulados e dividiam tarefas entre si, como a de designar advogados para certos personagens. A Conway coube encaminhar a Linda Tripp seu amigo James Moody, da Sociedade Federalista. Jerome M. Marcus, um dos líderes, trouxe Richard Porter, sócio da firma de Ken Starr, ex-assessor do vice-presidente Dan Quayle, e Paul Rosenzweig, que integrou a equipe do promotor. Marcus arranhou os dois primeiros advogados de Paula Jones (diretamente orientados pelos “duendes”) e ainda a pomposa firma de Dallas que os substituiria depois (com honorários pagos pelo grupo direitista Instituto Rutherford).

Porter participara desde o estágio inicial da operação política contra os Clinton. O jornalista David Brock chegou a ele através do milionário Peter W. Smith, que se encarregava do pagamento às “fontes” (ex-policiais de Arkansas) usadas na reportagem da revista *American Spectator* (a do nome “Paula”). A trama sórdida, que incluía gravações ocultas e testemunhas compradas, pode até não ser tão incomum no submundo da política, mas desta vez claramente foi longe demais – e é inacreditável que nenhum desses personagens tenha sofrido desgaste na própria reputação, nem depois do fracasso final.



## A operação de relações públicas

Quatorze dias depois do 11 de setembro, quando o Procurador Geral Ashcroft compareceu ao Capitólio para pressionar os parlamentares a aprovarem o pacote de medidas duras propostas pelo governo Bush, a pretexto de combater vigorosamente o terrorismo, ele se fazia acompanhar pelo subordinado Theodore Olson, cuja mulher fora uma das vítimas dos ataques-suicidas. Horas antes Olson também aparecera em programas matinais da TV, na coordenada ofensiva de relações públicas em favor de mais poderes e instrumentos para as agências federais contra o terrorismo.

Nas entrevistas, falara em tom emocional da morte de Barbara Olson, que adiara a viagem por um dia a fim de festejar o aniversário dele em Washington. Contou como ela o chamara várias vezes do telefone celular, à bordo do avião, para contar o sequestro em desdobramento. Quando Ashcroft iniciou o depoimento na comissão de Justiça da Câmara, Olson era visto com ele, como um argumento silencioso a favor daquelas medidas defendidas como absolutamente necessárias – grampeamento de telefones, escuta eletrônica, buscas sem mandado judicial, detenção de suspeitos por tempo indefinido, variadas ações contra

imigrantes. Alguma delas teria evitado a morte de Barbara? “Qualquer uma delas poderia ter aberto uma porta que permitiria prevenir aquela tragédia. E queremos evitar que nova tragédia aconteça amanhã – ou depois de amanhã”, respondera Olson a um entrevistador na televisão.

Talvez o pacote antiterrorista, como a chamada Lei Patriótica, pudesse até dispensar a ofensiva de relações públicas, dado o impacto do episódio na opinião pública. Mas os meios de comunicação entregaram-se a estranhos requintes – a começar pela conversão dos logotipos das redes de TV, em alguns casos fundidos por competentes programadores visuais com a própria bandeira do país. A grande mídia esqueceu deliberadamente regras mínimas do que ela própria chama de “jornalismo objetivo” – a exemplo do que tinha acontecido na fase aguda do macarthismo. Além de ter evitado uma investigação (por sinal, logo adiada também no Congresso) sobre o fracasso de agências como FBI e CIA, incapazes de prever os ataques (apesar das verbas anuais de dezenas de bilhões de dólares e dos numerosos indícios, entre eles os atentados na África, Arábia Saudita e Iêmen).

Quando dois consórcios de veículos de comunicação concluíram seus estudos, iniciados 10 meses antes dos ataques terroristas, sobre a controvertida eleição da Flórida, os textos publicados tiveram o cuidado de minimizar qualquer suspeita que pudesse afetar a imagem – ou a legiti-

midade – de Bush, cujos índices de apoio popular nas sondagens, em declínio até 10 de setembro, já superavam os de qualquer presidente em toda a história das pesquisas de opinião pública. E o estudo mais ambicioso, do National Opinion Research Center para o consórcio dos maiores veículos (*New York Times*, *Washington Post*, *Wall Street Journal*, *Los Angeles Times*, CNN, Associated Press e outros), concluiu que sob diferentes cenários analisados a escolha dos eleitores da Flórida não fora Bush e sim Al Gore.

## A mídia, onde está a mídia?

É preciso reconhecer que veículos mais liberais, como o *Times* novaiorquino e o *Post* da capital, não deixaram de publicar reportagens – sufocadas pelo pacote patriótico do dia-a-dia e o noticiário triunfalista das ações militares no Afeganistão – sobre imigrantes caçados, presos ou simplesmente desaparecidos, como as vítimas das ditaduras militares latino-americanas. Ouvido numa delas, o professor de Direito David Cole, da Universidade de Georgetown, observou que **os EUA pareciam**

**decididos a trocar a liberdade dos imigrantes, em especial árabes e muçulmanos, pela aparência de defesa da segurança da maioria da população.**

Na mesma ocasião, o FBI insistia em rejeitar o pedido de dezenas de organizações de Direitos Humanos para revelar a identidade de umas mil pessoas presas – ou o motivo das prisões e o local onde cada preso estava.

Temerosos de serem incluídos em listas negras pelo FBI, tornando-se culpados por associação como no tempo do macarthismo, muitos dos que poderiam ajudar com contribuições a pagar a fiança de presos evitam fazê-lo, segundo os advogados. E o Procurador Geral Ashcroft ainda anunciou, sem atenção maior da mídia, decisão que teria encantado McCarthy – a de criar o “Programa de Cooperadores Responsáveis”, destinado a premiar com o cartão de residência permanente (“green card”) imigrantes ilegais que delatassem suspeitos de terrorismo aos agentes federais. Não houve maior destaque na mídia nem quando o presidente da comissão de Justiça do Senado, Pat Leahy, lamentou publicamente o caso de um paquistanês que apareceu morto (ataque cardíaco) em prisão de Nova Jérsey onde passara meses esquecido. “Não cometeu crime algum. Não foi acusado de nada. Só o que queria era voltar para o Paquistão”, contou o senador.

Se a grande mídia estivesse mais atenta a tais situações no contexto atual talvez não ficasse para veículos alternativos, como o semanário *The Nation*, revelar a nova onda de listas que proliferam no governo (departamentos de Justiça, Estado, Tesouro, etc), de organizações, grupos, entidades e indivíduos suspeitos de terrorismo. O potencial para o mau uso e o abuso de tais listas pode não ser percebido pelas autoridades atuais do país mas é óbvio para estudiosos do macarthismo e suas práticas de culpa por associação. As FTOs (iniciais em inglês da expressão “organizações terroristas estrangeiras”) do Departamento de Estado, como as listas de outros órgãos, são selecionadas a partir de critérios inteiramente subjetivos. O governo tem

carta branca para acrescentar as que muito bem entender e depois que uma entra na lista, num processo altamente politizado, é praticamente impossível sair, segundo o grupo privado Centro pelos Direitos Constitucionais. Além disso, uma lista leva automaticamente a outras – as de filiados, dos que contribuem com dinheiro, dos simpatizantes – por solidariedade étnica, generosidade – ou dos atraídos pelo desejo de ajudar o que, ao menos na aparência, lhes pareceu causa justa.

## A liberdade acadêmica na mira

**Apesar de omissa frente a ameaças potenciais às liberdades civis, a grande mídia revela-se muito atenta às denúncias – absurdas, dado o clima no país – de insuficiente**

**patriotismo.** E não é surpresa, ao menos para os familiarizados com a caça às bruxas dos anos 1950, ser a área acadêmica um alvo privilegiado desses críticos. Em março de 2002, o *Washington Times*, segundo jornal em circulação na capital, acolheu e amplificou o repúdio da organização American Council of Trustees and Alumni (ACTA), sediada na capital, aos protestos (mais de 140, segundo disse) em campus universitários de 36 estados contra as ações militares no Afeganistão. Talvez por solidariedade ideológica o diário (propriedade da seita Moon) deixou de indicar logo na abertura a tendência do grupo, o que pareceu óbvio pelo conteúdo do relatório que citou (sob o título “Defendendo a Civilização: Como nossas universidades traem a América e o que podemos fazer contra isso”).

O documento do ACTA deu ainda 117 exemplos de “sentimento anti-americano” e acusou professores e administradores de os tolerarem, embora se apressem a reprimir atos de patriotismo como exibição de bandeiras e questionamento em aula das idéias de professores “politicamente corretos”. Segundo o jornal, “o que causa especial preocupação a grupos como o ACTA é a atitude anti-patriótica que penetra nos cursos universitários depois de 11 de setembro”. Ao mesmo tempo, o *Times* de Washington – como a organização que empresta fundamento à reportagem – atribuiu os cursos anti-patrióticos a professores que eram contestadores da guerra do Vietnã nas décadas de 1960 e 1970.

O ACTA é citado uma dezena de vezes – a primeira no parágrafo de abertura, a última no penúltimo. E o

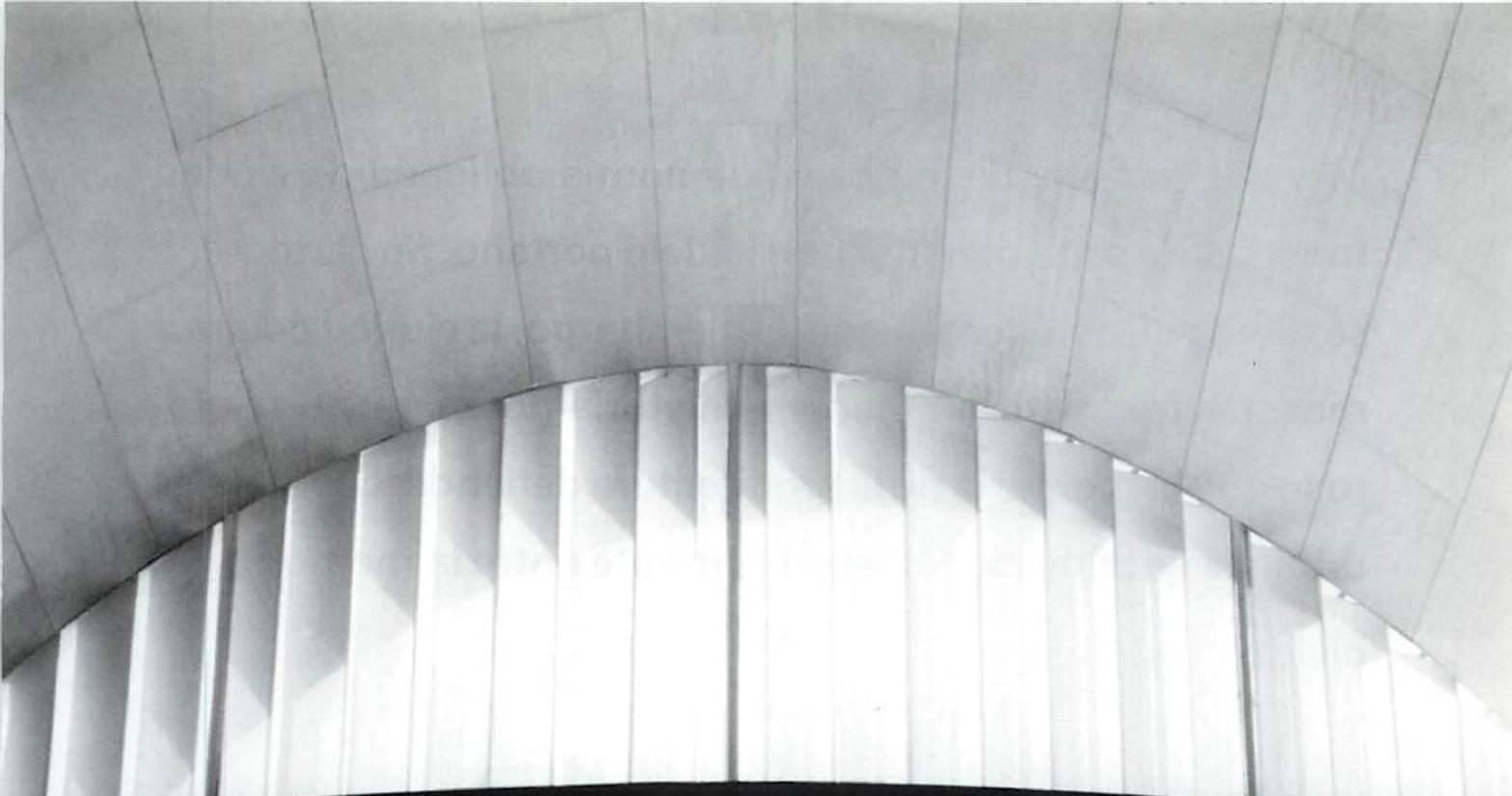
jornal ainda robustece as denúncias com críticas de mais dois grupos, Intercollegiate Studies Institute (que acusa esquerdistas dos campus de “igualarem os ataques americanos contra redutos terroristas ao surrado imperialismo ou guerra territorial”) e Young America’s Foundation, para o qual os esquerdistas “simplesmente culpam os EUA de tudo”. A única concessão do texto ao outro lado é a citação (uma vez) do Women’s Center da Universidade Wittenberg do Ohio, que manifesta a esperança de não se “voltar à era McCarthy”, e do United University Professions (UUP), maior sindicato de educação superior do país (também citado uma única vez), que acusa o ACTA de ter feito os ataques num esforço para forçar as escolas a imporem currículo “no estilo anos 1950, América-é-o-

Melhor”. E William Scheuerman, do UUP, de fato faz sentido ao dizer: “A maioria dos americanos acredita, sim, que somos o que há de melhor. Mas não o seremos por muito tempo se a própria atividade americana de desafiar a ortodoxia for suprimida nos campus”.

## Do consenso à legitimidade

O convívio diário com os americanos expõe uma gente sinceramente patriótica, orgulhosa dos feitos, do passado e do extraordinário sucesso dessa sociedade fundada em princípios elevados que sobrevivem após dois séculos de História. Mais de meio ano depois do 11 de setembro, as bandeiras estão em toda parte, o hino nacional também. Nada haveria de mal nisso se tal consenso, uma unanimidade que talvez supere a de momentos delicados da Guerra Fria, como a crise dos mísseis de 1962, não trouxesse, embutida, tendência a rever garantias, direitos e liberdades ou conter a generosidade com que o país e seu povo sempre acolheram os imigrantes, parte inseparável da dinâmica que construiu essa superpotência. Não é fenômeno tão diferente de outros – como os responsáveis pelos “Palmer Raids” e pelo “Grande Medo” – que golpearam a imagem do país e depois encontraram dos próprios americanos avaliações históricas críticas, adequadas e convincentes.

A persistência do consenso de 11 de setembro corre o risco de se revelar mais danosa à nação do que a própria ameaça que se propõe combater. É impossível deixar de



notar protestos isolados como o de uma atriz de 55 anos, que nunca primou pelo bom gosto (“Ninguém sabe disso melhor que eu”, disse ela ao *Washington Post*). Cher ganhou espaço na mídia, em fevereiro de 2002, mais por ser celebridade e pelo caráter pitoresco da manifestação. Mas repetia a reação inicial de artistas às vésperas do macarthismo. E foi precisa ao ridicularizar o Procurador Geral Ashcroft por cobrir com cortinas escuras as estátuas (“Majestade da Lei” e “Espírito da Justiça”) que expunham a nudez no Departamento de Justiça enquanto ele defendia sua linha-dura em rede nacional de TV. “Vão botar short na estátua de Davi, maiô na Vênus Renascida e saia na Vênus de Milo? Talvez depois queiram nos dizer que livros nos deixam ler. E aí começamos a perder todas as nossas liberdades”, disse.

Quando afiliadas da rede ABC suspenderam o programa “Politicamente Incorreto”, do humorista Bill Maher (ele suscitara o problema da “coragem”, ao contrastar o fato de militares americanos lançarem mísseis de uma distância de milhares de milhas, enquanto terroristas morriam junto com as vítimas), o porta-voz da Casa Branca mandou um recado a ele e à mídia: “Cuidado com o que vocês dizem!” O caso de Maher e outros também comportam paralelo com os anos 1950 – com os boicotes, que passavam por reação popular espontânea, e o pavor à

controvérsia (gerando listas negras na mídia, agências de propaganda e patrocinadores). O jornalismo da TV entendeu o recado. O âncora Tom Brokaw, da NBC, pareceu compreensivo ao explicar, ao fim de uma reportagem sobre o pacote antiterrorista de Ashcroft: “Soa como regime totalitário, mas os ataques terroristas provaram que alguma coisa tem de mudar”. Num consenso assim, a opinião pública tende a se alinhar apressadamente com Ashcroft quando ele justifica medidas contra as liberdades civis com frases como: “é preciso primeiro prevenir, e depois formar o processo de acusação”. O que é capaz de justificar os campos de internamento de cidadãos de ascendência japonesa no governo Roosevelt, durante a “guerra boa” contra o nazifascismo. Só que hoje eles são uma abominação na História dos EUA.

Ao inibir na prática o debate político e a discussão aberta, tradições de que apenas por insanidade a nação concordaria em abrir mão, o atual consenso pode até trazer benefícios imediatos a detentores do poder – entre eles, os obcecados na última década pelo jogo sujo e truques sórdidos contra um presidente. Mas só um governante menos convencido da própria legitimidade do que ansioso por eventuais dividendos do momento histórico delicado insistiria nessa aposta política perigosa.

